PREGÃO ELETRÔNICO

PR-158/0063/26

CONTRATANTE (UASG)

180158 – Comando de Policiamento do Interior Três

OBJETO

Aquisição de materiais permanentes, 13º e 15ºBPM/I

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia ***05/11/2026*** *às 09h* **(horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 8
7. DA FASE DE JULGAMENTO 27
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 29
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 31
11. DOS RECURSOS 31
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 31
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 34
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 35

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR TRÊS

UASG – 180158

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/0063/26

Processo Administrativo n° **057.000449331/2026-18 - 20260462141**

Torna-se público que o **Comando de Policiamento do interior Três**, por meio da **Divisão Administrativa – Seção de Despesa, Orçamento e Custo**, sediado **Avenida Calheiro Paschoal Innechi, nº 1538 – Jardim Independência – Ribeirão Preto/SP – CEP 14.076-010**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais permanentes, para o 13º e 15ºBPM/I, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os itens /grupos 02,03,04,05 e 06, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.5.2. *Para os itens/grupos 01, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço* até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa*,* empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas*,* as empresas de pequeno porte *e as cooperativas)* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas*,* empresas de pequeno porte *e equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas*,* empresas de pequeno porte *e equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa*,* empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa*.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a *60 (sessenta)* dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei,

nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CÓDIGO GOV.BR	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR DE REDUÇÃO
1	Cadeira Presidente em couro legítimo, deverá possuir assento e encosto confeccionados com espuma anatômica injetada, com espessura aproximada de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, proporcionando apoio para região lombar e costas, suporta usuário de até 130 kg. Características mínimas: encosto e assento em **couro na cor preta,** parte de trás do assento e encosto com madeira a vista ou revestida de couro; encosto útil com aproximadamente 49 cm de largura x 66 cm de altura; apoio de cabeça com aproximadamente 49 cm de largura x 24 cm de altura; assento com aproximadamente 49 cm de largura x 46,5 cm de profundidade útil; largura total, considerando os braços, de aproximadamente 62 cm; profundidade total aproximada de 76 cm; altura total regulável, aproximadamente entre 1,09 m e 1,19 m; altura do assento regulável, aproximadamente entre 47 cm e 57 cm; braços fixos, acolchoados/revestidos; base giratória;	331416	6141897	UNIDADE	09	R$ 40,00

	regulagem de altura por pistão a gás; estrutura e pistão com acabamento preto ou cromado; rodízios revestidos em PU (poliuretano), emborrachados e anti-risco, adequados para utilização sobre pisos sem provocar riscos ou marcas decorrentes do deslocamento da cadeira. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Certidão do IBAMA Laudo de isenção de CFC Certificado de cadeia de custodia fsc Laudo Ergonômico, emitido por profissional certificado pela ABERGO, conforme NR-17 Laudo de ensaio de densidade da espuma, NBR 8537:2022 com resultado de 55 kg/m³, variação de 5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Melhorado Laudo de ensaio de resiliência da espuma, NBR 8619:2022 com resultado mínimo de 40% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de indentação da espuma, NBR 9176:2016 com resultado de indentação à 40% de 265 N, variação de 5% e fator de conforto mínimo de 3 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de deformação permanente à compressão da espuma à 90%, NBR 8797:2022 com resultado máximo de 15% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de fadiga dinâmica da espuma, NBR 9177:2022 com resultado de perda de força de indentação máximo de 32% e de perda de espessura máximo de 5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de teor de cinzas da espuma NBR 14961:2019 com resultado máximo de 0,5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à tração da espuma, NBR 8515:2020 com resultado de tração mínimo de 225 kPa e de alongamento mínimo de 80% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Melhorado Laudo de ensaio de resistência ao rasgamento da espuma, NBR 8516:2015 com resultado mínimo de 525 N – Emitido					

	por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à compressão da espuma, NBR 8910:2016 com resultado mínimo de 8,5 kPa – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de velocidade de queima, NBR 9178:2025 com resultado abaixo de queima zero (0 mm/min) demonstrando característica de não propagação de chamas – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Atualizado Laudo de ensaio de determinação do número de células da espuma, NBR 16847:2020 com resultado mínimo de 18 células por centímetro linear – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Esse é essencial, acredito que nenhuma empresa tenha Laudo de ensaio de gramatura do revestimento, NBR 10591:2009, com resultado mínimo de 310 g/m² Laudo de ensaio de esgarçamento da costura no revestimento, NBR 9925:2009, com resultado máximo de 5 mm, em ambos os sentidos (trama e urdume) Laudo de ensaio de resistência à tração do revestimento, NBR ISO 13934:2016, com resultado mínimo de 110 daN, em ambos os sentidos (trama e urdume) Laudo de ensaio de resistência ao estouro do revestimento, ISO 13938:2019, com resultado mínimo de 3400 kPa Laudo de ensaio de alteração dimensional do revestimento, NBR 10590:2008, com resultado máximo de 1% em ambos os sentidos (comprimento e largura).					
2	CADEIRA ESTOFADA COM BRAÇO E RODÍZIO - cadeira de escritório giratória operacional com braços. No mínimo do tipo B, com braços reguláveis, conforme ABNT NBR 13962/06, com no mínimo espaldar médio. Oferta mínima de ajustes e funcionalidades: ajustes e movimentos independentes para altura do assento, rodízios de duplo giro, giro de 360 graus do assento/encosto, altura dos braços, altura do encosto, inclinação do encosto. Encosto: em tela flexível à base de poliéster, estruturado em quadro injetado em resina termoplástico de alto desempenho, polipropileno com adição de fibra de vidro, material de excelente tenacidade e ótima resistência mecânica, além de ser 100% reciclável. Encosto em tela flexível, que não proporciona pontos	602025	6458238	UNIDADE	72	R$ 10,00

	de tensão no usuário, com células abertas e permeáveis ao ar que facilita a perspiração, encosto com dupla curvatura (transversal e sagital) para acomodação da região lombar, sendo interligado ao mecanismo através de uma lâmina (chapa de aço, por motivos de melhor estabilidade do conjunto, não serão aceitos tubos de aço) com dobras e/ou nervuras de reforço estrutural, com espessura mínima de 6,5 mm e largura mínima de 50 mm, com acabamento em pintura eletrostática à pó e com acabamento através de coluna injetada no mesmo material termoplástico em alta pressão, com textura suave, não corrugado (sanfonado), sendo que não ficam aparentes e nem acessíveis ao usuário os parafusos de fixação. Largura predominante mínima da capa da coluna do encosto de 80 mm. Encosto provido de regulagem de altura através de cremalheira interna (automático, sem o uso de botões ou manípulos de rosqueamento), com, no mínimo, 10 pontos de parada e curso vertical de 60 mm, no mínimo. Espaldar operacional, de encosto médio, cuja extensão vertical mínima é de 470 mm e largura mínima do encosto na região do apoio lombar é de, no mínimo, 430 mm. Assento: estruturado em chassi de compensado multilaminado anatômico de espessura mínima de 12 mm, estofamento em espuma flexível de poliuretano injetada moldada com mesmas características físicas e de desempenho especificadas para o encosto, dotado de carenagem de contracapa para o assento injetada em polipropileno que proteja todo o contra assento e bordos. Fixação dos elementos ao chassi de assento através de parafusos e porcas garras com rosca métrica. Não será tolerado o uso de perfil de bordos de PVC para acabamento e ou fixação da contracapa de assento. Revestimento do assento em tecido tipo crepe, em poliéster, em cor a definir de acordo com a cartela do fabricante. Largura e profundidade de superfície mínimas de 360º do assento a gás, com classificação de qualidade e segurança mínimas conforme Classe 3 da Norma DIN 4550, com curso vertical de ajuste de, no mínimo, 110 mm. Base de cinco patas em aço carbono tubular, com as patas em tubo de aço de seção retangular ou semi oblonga, cujas					

	dimensões do perfil tubular sejam, no mínimo, de 20 x 35 x 1,50 mm soldadas por meio de solda MIG ou eletrofusão a dois anéis centrais, um inferior e outro superior, para total estabilização das patas. Pintura eletrostática a pó de cor preta. Capa plástica única injetada em polipropileno de cor preta que recobre toda a porção superior das paras da base. Fixação dos rodízios através de estampagem das paredes dos tubos das patas, sem utilização de bucha plástica ou solda para fixação dos pinos. Rodízios: de duplo giro do tipo “H” com banda de rodagem em nylon e dimensionais conforme o preconizado pelos requisitos aplicáveis da ABNT NBR 13962/06, com eixo vertical de, no mínimo, 10 mm, com anel elástico metálico para fixação do rodízio à base sem o uso de bucha plástica ou solda. 460 mm (medição conforme metodologia proposta pela ABNT NBR 13962/06). Ajuste de altura do assento com curso mínimo vertical de 110 mm com medição realizada conforme proposto pela ABNT NBR 13962/06. Inclinação do assento fixa ou regulável, possibilitando posicionamento entre 0 e -7 graus em relação à horizontal. Revestimento do assento em tecido crepe 100% poliéster em cor a definir de acordo com a cartela do fabricante. Mecanismo: mecanismo operacional do tipo contato permanente que possibilite, no mínimo, ajuste de altura do assento, ajuste de altura do encosto e ajuste de inclinação do encosto, de maneira independente entre si. Plataforma do assento com, no mínimo, oferta de furação mais espaçada conforme padrão nacional (160 x 200 mm), plataformas com furação universal serão aceitas, porém não serão aceitas plataformas com furação menos espaçadas (apenas 125 x 125 m). Tal plataforma deve ser executada em chapa de aço carbono estampada com espessura mínima de 2,65 mm e fundida aos demais elementos através de solda do tipo MIG/MAG ou eletrofusão. Suporte do encosto do mecanismo articulado com mola de retorno automático que proporcione o contato permanente quando o mesmo estiver destravado e sistema de frenagem por freio fricção, e o usuário deve ser capaz de travar o encosto em qualquer posição ao longo do curso angular de inclinação de 15 graus (mínimo).					

	Suporte do encosto deverá obrigatoriamente ser provido de carenagem plástica de proteção e acabamento injetado em polipropileno, porém não ser corrugada (sanfonada), para preservar segurança do usuário contra elementos ocos, conforme já especificado supra quando do detalhamento do encosto e contra encosto. Elementos metálicos do mecanismo construídos em chapa de aço e/ou expostos devem apresentar tratamento de superfície por meio de pintura eletrostática à pó, com tratamento anti ferruginoso e posterior cura e polimerização em estufa. Braços com regulagem de altura, com estrutural vertical manufaturado em resina de engenharia do tipo nylon com fibra de vidro ou polipropileno com fibra de vidro, sendo a fibra adicionada de, no mínimo, 30% da resina. Carenagem do braço injetada em polipropileno, bem como a alma do apoia. Tal apoia braço deve ser injetado em termoplástico. Apoia braços com dimensões mínimas de 70 mm de largura e 240 mm de comprimento. Ajuste de altura dos braços acionado por botão, frontal ou lateral, com mola de auto retorno, permitindo o ajuste em, no mínimo, 7 pontos de parada. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** LAUDOS E CERTIFICAÇÕES: ABNT NBR 13962 CERTIFICADO DE PRODUTOS (CADEIRAS); NR 17 EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA MTSP Nº 3751 DE 1990 DISPOSTO NO ITEM 17.3.3 DA NORMA NR 17; ABNT NBR ISO 14020:2022 ROTULOS E DECLARAÇÕES ANBIENTAIS E PRINCIPIOS GERAIS; ABNT NBR ISSO 14024:2002 ROTULOS E DECLARAÇÕES AMBIENTAIS ROTULAGEM AMBIENTAL TIPO 1; NBR 9925:2009– TECIDO PLANO – DETERMINAÇÃO DO ESGARÇAMENTO EM UMA COSTURA PADRÃO; NBR 10591/08 – MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA GRAMATURA DE SUPERFÍCIES TÊXTEIS; NBR 13934/2016 - TÊXTEIS - PROPRIEDADES DE TRAÇÃO DE TECIDOS - PARTE 1: DETERMINAÇÃO DA FORÇA MÁXIMA E ALONGAMENTO À FORÇA MÁXIMA UTILIZANDO O					

	MÉTODO DE TIRA AATCC 22/17 – WATER REPELLENCY: SPRAY TEST; ISO 13938:2019 – TEXTILES – BURSTING PROPRIETIES OF FABRICS – PART 1: HYDRAULIC METHOD FOR DETERMINATION OF BURSTING STRENGTH AND BURSTING DISTENSION; NBR 10588/2008 – TECIDOS PLANOS - DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE DE FIOS; NBR 10589/2006 - MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA LARGURA DE NÃO-TECIDOS E TECIDOS PLANOS; ABNT NBR 12546:2017 – MATERIAIS TÊXTEIS – LIGAMENTOS FUNDAMENTAIS DE TECIDOS PLANOS – TERMINOLOGIA; ABNT NBR 12996:1993 - MATERIAIS TÊXTEIS – DETERMINAÇÃO DOS LIGAMENTOS FUNDAMENTAIS DE TECIDOS PLANOS; NBR 10590:2008 - MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO COMPRIMENTO E DA LARGURA DE TECIDOS EM ATMOSFERA – PADRÃO; NBR 10591/08 – MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA GRAMATURA DE SUPERFÍCIES TÊXTEIS; NBR 13934/2016 - TÊXTEIS - PROPRIEDADES DE TRAÇÃO DE TECIDOS - PARTE 1: DETERMINAÇÃO DA FORÇA MÁXIMA E ALONGAMENTO À FORÇA MÁXIMA UTILIZANDO O MÉTODO DE TIRA AATCC 22/17 – WATER REPELLENCY: SPRAY TEST; ISO 13938:2019 – TEXTILES – BURSTING PROPRIETIES OF FABRICS – PART 1: HYDRAULIC METHOD FOR DETERMINATION OF BURSTING STRENGTH AND BURSTING DISTENSION; NBR 10589/2006 - MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA LARGURA DE NÃO-TECIDOS E TECIDOS PLANOS; NBR 10590:2008 - MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO COMPRIMENTO E DA LARGURA DE TECIDOS EM ATMOSFERA – PADRÃO; ABNT NBR 13579-1:2011 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIURETANO E BASES – PARTE 1 REQUESITOS DE ENSAIO; ABNT NBR 8537:22 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO- DETERMINAÇÃO DE DENSIDADE; ABNT NBR 8619:22 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETERMINAÇÃO DE RESILIENCIA; ABNT NBR 8797:22 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETERMINAÇÃO					

	DE DEFORMAÇÃO PERMANENTE A COMPRESÃO; ABNT NBR 9176:2016 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETERMINAÇÃO DA FORÇA DE INDETENÇÃO; ABNT NBR 9178:2022 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETERMINAÇÃO DETERMINACAO DAS CARACTERISTICAS DE QUEIMA; ABNT NBR 14961:2019 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETRMINAÇÃO DO TEOR DE CINZAS; NBR 9177/22 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO – DETERMINAÇÃO DA FADIGA DINÂMICA; NBR 8515/20 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO – DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO; NBR 8516/15 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO – DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA AO RASGAMENTO; NBR 8910:2016 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO - DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO; NBR 9429/16 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO – DETERMINAÇÃO DAS DIMENSÕES; NBR 16847/2020 - ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO - CONTAGEM DO NÚMERO DE CÉLULAS POR CENTÍMETRO LINEAR; CERTIFICADO DE PREPARACAO DE PINTURA EM SUPERFICIES METALICAS PORTARIA INMETRO Nº 200/2021-PGCP; ABNT NBR 14951:2018 SISTEMAS DE PINTURA EM SUPERFÍCIES METÁLICAS – DEFEITOS E CORREÇÕES; ABNT NBR 14847: 2023 INSPEÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EM SUPERFÍCIES METÁLICAS – PROCEDIMENTO; ABNT NBR 15156:2015 PINTURA INDUSTRIAL – TERMINOLOGIA; ABNT NBR 15158:2024 LIMPEZA DE SUPERFÍCIE DE AÇO POR COMPOSTOS QUÍMICOS; ABNT NBR 17088:2023 CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA RESULTADO - TEMPO DE EXPOSIÇÃO (2.000 HRS); ABNT NBR ISO 4628:2022 TINTAS E VERNIZES — AVALIAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DE REVESTIMENTO — DESIGNAÇÃO;					

	ABNT NBR 5841:2015 DETERMINAÇÃO DO GRAU DE EMPOLAMENTO DE SUPERFÍCIES PINTADAS; ABNT NBR 8095:2015 MATERIAL METÁLICO REVESTIDO E NÃO REVESTIDO - CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO À ATMOSFERA ÚMIDA SATURADA; ABNT NBR 8096:1983 MATERIAL METÁLICO REVESTIDO E NÃO REVESTIDO - CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO AO DIÓXIDO DE ENXOFRE - MÉTODO DE ENSAIO RESULTADO – 25 CLICOS (CADA CICLO CORRESPONDE A 24HRS); ASTM D2794-93 REVISAO 2019 RESISTÊNCIA DE REVESTIMENTOS ORGÂNICOS AOS EFEITOS DA DEFORMAÇÃO RÁPIDA (IMPACTO); ASTM D7091:2022 PRÁTICA PADRÃO PARA MEDIÇÃO NÃO DESTRUTIVA DA ESPESSURA DE PELÍCULA SECA DE REVESTIMENTOS NÃO MAGNÉTICOS APLICADOS A METAIS FERROSOS E DE REVESTIMENTOS NÃO MAGNÉTICOS E NÃO CONDUTORES APLICADOS A METAIS NÃO FERROSOS; ABNT NBR 10443:2023 TINTAS E VERNIZES - DETERMINAÇÃO DA ESPESSURA DA PELÍCULA SECA SOBRE SUPERFÍCIES RUGOSAS - MÉTODO DE ENSAIO; ASTM D3363:2022 MÉTODO DE TESTE PADRÃO PARA DUREZA DE FILME POR TESTE DE LÁPIS; ABNT NBR 11003:2023 DETERMINAÇÃO DA VERIFICAÇÃO DA ADERÊNCIA DA CAMADA; ASTM D3359:2023 TINTAS E VERNIZES - DETERMINAÇÃO DA ESPESSURA DA PELÍCULA SECA SOBRE SUPERFÍCIES RUGOSAS - MÉTODO DE ENSAIO; ASTM D523:2018 MÉTODO DE TESTE PADRÃO PARA BRILHO ESPECULAR (DETERMINAÇÃO DO BRILHO DA SUPERFÍCIE); ABNT NBR 10545:2014 TINTAS – DETERMINAÇÃO DA FLEXIBILIDADE POR MANDRIL CÔNICO; ABNT NBR 9209:1986 PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES PARA PINTURA – PROCESSO DE FOSFORIZAÇÃO; ABNT NBR 7397:2016 PRODUTO DE AÇO E FERRO FUNDIDO GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE – DETERMINAÇÃO DA MASSA DO REVESTIMENTO POR UNIDADE DE ÁREA;					

	ASTM D1308:2020 ENSAIO PARA DETERMINAÇÃO DO EFEITO DO PRODUTOS QUIMICOS DOMESTICOS; JIS Z 2801:2010 ANTIBACTERIAL PRODUCTS – TEST FOR ANTIBACTERIAL ACTIVITY AND EFFICACY – AVALIACAO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA EM TINTA. Obs.: Serão aceitos relatórios de ensaio executados dentro de um período de 12 (doze) meses anteriores à data da solicitação para apresentação da documentação técnica.					
3	Cadeira Fixa em polipropileno com pés de metal, Sem Braços, com assento e encosto confeccionados em polipropileno injetado sem furos, na cor preta, estrutura fixa confeccionada em aço com pintura eletrostática, proporcionando resistência e durabilidade. Assento e encosto anatômicos, Medidas aproximadas: altura total de no mínimo de 80 cm; altura do encosto de aproximadamente 33 cm; largura do encosto de aproximadamente 46 cm; largura do assento de aproximadamente 47 cm; profundidade do assento de aproximadamente 42 cm; profundidade total da cadeira de aproximadamente 59 cm; largura total aproximada da estrutura, sem braços, de 53 cm; estrutura em tubo oblongo reforçado na cor preto em aço carbono, suporta até 120kg. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Certificado de Processo de Pintura, emitido por OCP. Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à névoa salina neutra, com no mínimo 2600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 17088:2023 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015– Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, com no mínimo 1600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8095:2015 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, com no mínimo 600 horas (25 ciclos de 24 horas) e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8096:1983 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR	288544	6275451	UNIDADE	60	R$ 5,00

	5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme NBR 11003:2023 – Com resultados X0/Y0 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme ASTM D3359:2023 – Com resultado 5ª – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de espessura de camada de tinta, conforme NBR 10443:2023 – Com resultados de no mínimo 120 µm – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de flexibilidade por mandril cônico, conforme NBR 10545:214 – Com resultado sem trinca ou fissuras – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio que comprove atividade antibacteriana da tinta, conforme JIS Z 2801:2010 (E) Laudo de ensaio de resistência ao lápis da tinta, conforme ASTM D3363:2022 – Com resultado mínimo de dureza 2H para rompimento – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa de fosfato, conforme NBR 9209:1986 – Com resultado mínimo de 0,8 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa do revestimento (tinta), conforme NBR 7397:2016 – Com resultado mínimo de 130 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência ao impacto, conforme ASTM D2794:2019 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência química a produtos domésticos, conforme ASTM D1308:2020 – Com resultados satisfatórios para sabão (5%), café e vinagre – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio do brilho da tinta, conforme ASTM D523:2018 – Com resultado máximo de 4 UB na geometria de 60° – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, conforme a Norma ASTM D1308:2020 com tempo de exposição de 16 horas Água destilada fria, Água destilada quente, Sabão (5%), Álcool etílico 50%, Solução de sabão,					

	Fruta (Banana), Ketchup, Café, Cacau, Chá ertificado de produto – Conforme norma ABNT NBR 13962:2018 – Cadeiras de Escritório – Emitido por Certificadora acreditada à CGCRE/INMETRO Certificado ECO Selo – Rotulagem Ambiental, NBR ISO 14024:2022 / 14020:2020 – Cadeiras de Escritório, emitido por OCP.					
4	Longarina; Modelo Cadeira Concha Dupla; Com 04 Lugares; Sem Braços; Assento e Encosto Em Polipropileno Copolímero; Assento Medindo (470x430)mm=(lxp), Encosto Medindo (470x270)mm=(lxa); Na Cor Preta; Estrutura Em aço Carbono Tubular; Seção Oblonga; Com Espessura Mínima de 1,27mm (chapa N.18); Medindo No Mínimo 2025mm de Comprimento; Estrutura Com Acabamento Em Pintura Eletrostática com Tinta Pó; Na Cor Preta; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Certificado de Processo de Pintura, emitido por OCP. Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à névoa salina neutra, com no mínimo 2600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 17088:2023 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015– Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, com no mínimo 1600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8095:2015 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, com no mínimo 600 horas (25 ciclos de 24 horas) e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8096:1983 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme NBR 11003:2023 – Com resultados X0/Y0 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme ASTM D3359:2023 – Com	364127	6285333	UNIDADE	10	R$ 10,00

	resultado 5ª – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de espessura de camada de tinta, conforme NBR 10443:2023 – Com resultados de no mínimo 120 µm – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de flexibilidade por mandril cônico, conforme NBR 10545:214 – Com resultado sem trinca ou fissuras – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio que comprove atividade antibacteriana da tinta, conforme JIS Z 2801:2010 (E) Laudo de ensaio de resistência ao lápis da tinta, conforme ASTM D3363:2022 – Com resultado mínimo de dureza 2H para rompimento – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa de fosfato, conforme NBR 9209:1986 – Com resultado mínimo de 0,8 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa do revestimento (tinta), conforme NBR 7397:2016 – Com resultado mínimo de 130 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência ao impacto, conforme ASTM D2794:2019 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência química a produtos domésticos, conforme ASTM D1308:2020 – Com resultados satisfatórios para sabão (5%), café e vinagre – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio do brilho da tinta, conforme ASTM D523:2018 – Com resultado máximo de 4 UB na geometria de 60° – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, conforme a Norma ASTM D1308:2020 com tempo de exposição de 16 horas Água destilada fria, Água destilada quente, Sabão (5%), Álcool etílico 50%, Solução de sabão, Fruta (Banana), Ketchup, Café, Cacau, Chá Certificado de produto – Conforme norma ABNT NBR 13962:2018 – Cadeiras de Escritório – Emitido por Certificadora acreditada à CGCRE/INMETRO Certificado ECO Selo – Rotulagem Ambiental, NBR ISO 14024:2022 /					

	14020:2020 – Cadeiras de Escritório, emitido por OCP.					
5	Poltrona para Auditório: cadeira fixa tipo diretor com braços fixo revestido – cadeira estofada para utilização em auditórios, salas de convenções, reuniões e ambientes administrativos, estrutura fixa com 04 (quatro) pés, braços fixos, assento e encosto acolchoados, com espessuras de 70mm de espuma injetada, com costuras em gomos, com revestimento em material tecido na cor preta. Dimensões mínimas: assento com 49 cm de largura x 49 cm de profundidade; encosto com 46 cm de largura x 48 cm de altura; altura aproximada do piso ao assento de 48 cm. Peso aproximado de 15 kg. Produto fornecido totalmente montado e pronto para uso. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Laudo Ergonômico, emitido por profissional certificado pela ABERGO, conforme NR-17 Certidão do IBAMA Laudo de isenção de CFC Certificado de cadeia de custodia fsc Laudo de ensaio de densidade da espuma, NBR 8537:2022 com resultado de 55 kg/m³, variação de 5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Melhorado Laudo de ensaio de resiliência da espuma, NBR 8619:2022 com resultado mínimo de 40% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de indentação da espuma, NBR 9176:2016 com resultado de indentação à 40% de 265 N, variação de 5% e fator de conforto mínimo de 3 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de deformação permanente à compressão da espuma à 90%, NBR 8797:2022 com resultado máximo de 15% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de fadiga dinâmica da espuma, NBR 9177:2022 com resultado de perda de força de indentação máximo de 32% e de perda de espessura máximo de 5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de teor de cinzas da espuma NBR 14961:2019 com resultado	296891	6396127	UNIDADE	80	R$ 20,00

	máximo de 0,5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à tração da espuma, NBR 8515:2020 com resultado de tração mínimo de 225 kPa e de alongamento mínimo de 80% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Melhorado Laudo de ensaio de resistência ao rasgamento da espuma, NBR 8516:2015 com resultado mínimo de 525 N – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à compressão da espuma, NBR 8910:2016 com resultado mínimo de 8,5 kPa – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de velocidade de queima, NBR 9178:2025 com resultado abaixo de queima zero (0 mm/min) demonstrando característica de não propagação de chamas – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Atualizado Laudo de ensaio de determinação do número de células da espuma, NBR 16847:2020 com resultado mínimo de 18 células por centímetro linear – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Esse é essencial, acredito que nenhuma empresa tenha Laudo de ensaio de gramatura do revestimento, NBR 10591:2009, com resultado mínimo de 310 g/m² Laudo de ensaio de esgarçamento da costura no revestimento, NBR 9925:2009, com resultado máximo de 5 mm, em ambos os sentidos (trama e urdume). Laudo de ensaio de resistência à tração do revestimento, NBR ISO 13934:2016, com resultado mínimo de 110 da N, em ambos os sentidos (trama e urdume). Laudo de ensaio de resistência ao estouro do revestimento, ISO 13938:2019, com resultado mínimo de 3400 kPa Laudo de ensaio de alteração dimensional do revestimento, NBR 10590:2008, com resultado máximo de 1% em ambos os sentidos (comprimento e largura).					
6	Cadeira Universitária ISO com prancheta fixa e grade porta livros, assento e encosto em polipropileno reforçado sem furos, Assento: L46,5 x A40,5 cm; Encosto: L46 x A30,5 cm; Altura total: 82 cm; Prancheta fixa 60cm x 38cm e grade porta livros. Assento e Encosto na cor	428056	6405258	UNIDADE	30	R$ 8,00

	preta, Estrutura: Tubo Oblongo reforçado na cor preto, suporta até 120kg. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Certificado de Processo de Pintura, emitido por OCP. Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à névoa salina neutra, com no mínimo 2600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 17088:2023 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015– Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, com no mínimo 1600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8095:2015 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, com no mínimo 600 horas (25 ciclos de 24 horas) e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8096:1983 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme NBR 11003:2023 – Com resultados X0/Y0 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme ASTM D3359:2023 – Com resultado 5ª – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de espessura de camada de tinta, conforme NBR 10443:2023 – Com resultados de no mínimo 120 µm – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de flexibilidade por mandril cônico, conforme NBR 10545:214 – Com resultado sem trinca ou fissuras – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio que comprove atividade antibacteriana da tinta, conforme JIS Z 2801:2010 (E) Laudo de ensaio de resistência ao lápis da tinta, conforme ASTM D3363:2022 – Com resultado mínimo de dureza 2H para rompimento – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa de fosfato, conforme NBR 9209:1986 – Com resultado mínimo de 0,8 g/m² – Emitido					

	por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa do revestimento (tinta), conforme NBR 7397:2016 – Com resultado mínimo de 130 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência ao impacto, conforme ASTM D2794:2019 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência química a produtos domésticos, conforme ASTM D1308:2020 – Com resultados satisfatórios para sabão (5%), café e vinagre – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio do brilho da tinta, conforme ASTM D523:2018 – Com resultado máximo de 4 UB na geometria de 60° – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, conforme a Norma ASTM D1308:2020 com tempo de exposição de 16 horas Água destilada fria, Água destilada quente, Sabão (5%), Álcool etílico 50%, Solução de sabão, Fruta (Banana), Ketchup, Café, Cacau, Chá Certificado de produto – Conforme norma ABNT NBR 13962:2018 – Cadeiras de Escritório – Emitido por Certificadora acreditada à CGCRE/INMETRO Certificado ECO Selo – Rotulagem Ambiental, NBR ISO 14024:2022 / 14020:2020 – Cadeiras de Escritório, emitido por OCP.					
7	Cadeira Giratória; Tipo Concha Dupla Continua, de Forma Retangular, Com Curvatura Lombar, Encosto Em Quadro Injetado; de Resina de Engenharia, Assento Estruturado Em Compensado Multilaminado, Espessura Mínima de 15 Mm; Revestidos Em Tela Flexível de Poliéster (tela Mesh), Assento Em Couro Ecológico; Na Cor Preta; Apoio de Cabeça Com Ajuste de Inclinação e Altura, Apoio Lombar Com Regulagem de Altura; Estofamento Em Espuma Injetada de Poliuretano (assento);	445412	5767296	UNIDADE	69	R$ 10,00
8	Cadeira Universitária; Modelo Poltrona Com Porta-livros; Prancheta Confeccionada Em Madeira Mdf Escamoteavel; Medindo (360 x 240)mm; Revestida Em Laminado Melaminico; Na Cor Carvalho Prata; Estrutura Em Tubo de Aço; Na Cor Preta; Revestimento Em Tecido 100% Poliéster; Na Cor Preta,	609169	6504094	UNIDADE	81	R$ 7,00

	Tampas para Proteção Dos Rebites; Estofamento Em Espuma Injetada; Densidade de No Mínimo 50 Kg/m3; Assento Medindo (470 x 440)mm, Encosto Medindo (490 x 360)mm; Com Prazo de Garantia de No Mínimo 12 Meses; Conforme Normas Vigentes;					

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita*

Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de *2 (duas) horas*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.9.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de *2 (duas) horas*, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico https://www.portal.sei.sp.gov.br/sei/usuario_externo*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11.

12.1.12.

12.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: cpi3uge@policiamilitar.sp.gov.br ou andersonmarques@policiamilitar.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no sítio eletrônico na Internet https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. *Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.4. *Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *e no sítio eletrônico https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp*.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.16.2. *ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;*

14.16.3. *ANEXO III – Resolução SSP-05/2026;*

14.16.4. *ANEXO IV – Modelo (s) referente (s) a planilha de proposta;*

14.16.5. *ANEXO V – Modelo (s) de Declaração (ões);*

Ribeirão Preto, 15 de outubro de 20*26*.

NATÁLIA PAULO VIEIRA

1º Tenente PM

Subscritor do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DÉCIMO QUINTO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR

(Processo Administrativo n° 057.00449331/2026-18)

15. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

15.1. Aquisição de materiais permanentes (cadeiras, poltronas de auditório e longarina)**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. COMPRAS	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Cadeira Presidente em couro legítimo, deverá possuir assento e encosto confeccionados com espuma anatômica injetada, com espessura aproximada de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, proporcionando apoio para região lombar e costas, suporta usuário de até 130 kg. Características mínimas: encosto e assento em **couro na cor preta,** parte de trás do assento e encosto com madeira a vista ou revestida de couro; encosto útil com aproximadamente 49 cm de largura x 66 cm de altura; apoio de cabeça com aproximadamente 49 cm de largura x 24 cm de altura; assento com aproximadamente 49 cm de largura x 46,5 cm de profundidade útil; largura total, considerando os braços, de aproximadamente 62 cm; profundidade total aproximada de 76 cm; altura total regulável, aproximadamente entre 1,09 m e 1,19 m; altura do assento regulável, aproximadamente entre 47 cm e 57 cm; braços fixos,	331416	614189-7	Unid.	09

	acolchoados/revestidos; base giratória; regulagem de altura por pistão a gás; estrutura e pistão com acabamento preto ou cromado; rodízios revestidos em PU (poliuretano), emborrachados e anti-risco, adequados para utilização sobre pisos sem provocar riscos ou marcas decorrentes do deslocamento da cadeira. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Certidão do IBAMA Laudo de isenção de CFC Certificado de cadeia de custodia fsc Laudo Ergonômico, emitido por profissional certificado pela ABERGO, conforme NR-17 Laudo de ensaio de densidade da espuma, NBR 8537:2022 com resultado de 55 kg/m³, variação de 5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Melhorado Laudo de ensaio de resiliência da espuma, NBR 8619:2022 com resultado mínimo de 40% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de indentação da espuma, NBR 9176:2016 com resultado de indentação à 40% de 265 N, variação de 5% e fator de conforto mínimo de 3 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de deformação permanente à compressão da espuma à 90%, NBR 8797:2022 com resultado máximo de 15% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO				

	Laudo de ensaio de fadiga dinâmica da espuma, NBR 9177:2022 com resultado de perda de força de indentação máximo de 32% e de perda de espessura máximo de 5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de teor de cinzas da espuma NBR 14961:2019 com resultado máximo de 0,5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à tração da espuma, NBR 8515:2020 com resultado de tração mínimo de 225 kPa e de alongamento mínimo de 80% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Melhorado Laudo de ensaio de resistência ao rasgamento da espuma, NBR 8516:2015 com resultado mínimo de 525 N – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à compressão da espuma, NBR 8910:2016 com resultado mínimo de 8,5 kPa – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de velocidade de queima, NBR 9178:2025 com resultado abaixo de queima zero (0 mm/min) demonstrando característica de não propagação de chamas – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Atualizado Laudo de ensaio de determinação do número de células da espuma, NBR 16847:2020 com resultado mínimo de 18 células por centímetro linear – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Esse é				

	essencial, acredito que nenhuma empresa tenha Laudo de ensaio de gramatura do revestimento, NBR 10591:2009, com resultado mínimo de 310 g/m² Laudo de ensaio de esgarçamento da costura no revestimento, NBR 9925:2009, com resultado máximo de 5 mm, em ambos os sentidos (trama e urdume) Laudo de ensaio de resistência à tração do revestimento, NBR ISO 13934:2016, com resultado mínimo de 110 daN, em ambos os sentidos (trama e urdume) Laudo de ensaio de resistência ao estouro do revestimento, ISO 13938:2019, com resultado mínimo de 3400 kPa Laudo de ensaio de alteração dimensional do revestimento, NBR 10590:2008, com resultado máximo de 1% em ambos os sentidos (comprimento e largura)				
2	CADEIRA ESTOFADA COM BRAÇO E RODÍZIO - cadeira de escritório giratória operacional com braços. No mínimo do tipo B, com braços reguláveis, conforme ABNT NBR 13962/06, com no mínimo espaldar médio. Oferta mínima de ajustes e funcionalidades: ajustes e movimentos independentes para altura do assento, rodízios de duplo giro, giro de 360 graus do assento/encosto, altura dos braços, altura do encosto, inclinação do encosto. Encosto: em tela flexível à base de poliéster, estruturado em quadro injetado em resina termoplástico de alto desempenho, polipropileno com adição de fibra de vidro, material de excelente tenacidade e ótima resistência mecânica, além de ser 100% reciclável. Encosto em tela flexível, que não proporciona pontos de	602025	645823-8	Unid.	72

	tensão no usuário, com células abertas e permeáveis ao ar que facilita a perspiração, encosto com dupla curvatura (transversal e sagital) para acomodação da região lombar, sendo interligado ao mecanismo através de uma lâmina (chapa de aço, por motivos de melhor estabilidade do conjunto, não serão aceitos tubos de aço) com dobras e/ou nervuras de reforço estrutural, com espessura mínima de 6,5 mm e largura mínima de 50 mm, com acabamento em pintura eletrostática à pó e com acabamento através de coluna injetada no mesmo material termoplástico em alta pressão, com textura suave, não corrugado (sanfonado), sendo que não ficam aparentes e nem acessíveis ao usuário os parafusos de fixação. Largura predominante mínima da capa da coluna do encosto de 80 mm. Encosto provido de regulagem de altura através de cremalheira interna (automático, sem o uso de botões ou manípulos de rosqueamento), com, no mínimo, 10 pontos de parada e curso vertical de 60 mm, no mínimo. Espaldar operacional, de encosto médio, cuja extensão vertical mínima é de 470 mm e largura mínima do encosto na região do apoio lombar é de, no mínimo, 430 mm. Assento: estruturado em chassi de compensado multilaminado anatômico de espessura mínima de 12 mm, estofamento em espuma flexível de poliuretano injetada moldada com mesmas características físicas e de desempenho especificadas para o encosto, dotado de carenagem de contracapa para o assento injetada em polipropileno que proteja todo o contra assento				

	e bordos. Fixação dos elementos ao chassi de assento através de parafusos e porcas garras com rosca métrica. Não será tolerado o uso de perfil de bordos de PVC para acabamento e ou fixação da contracapa de assento. Revestimento do assento em tecido tipo crepe, em poliéster, em cor a definir de acordo com a cartela do fabricante. Largura e profundidade de superfície mínimas de 360º do assento a gás, com classificação de qualidade e segurança mínimas conforme Classe 3 da Norma DIN 4550, com curso vertical de ajuste de, no mínimo, 110 mm. Base de cinco patas em aço carbono tubular, com as patas em tubo de aço de seção retangular ou semi oblonga, cujas dimensões do perfil tubular sejam, no mínimo, de 20 x 35 x 1,50 mm soldadas por meio de solda MIG ou eletrofusão a dois anéis centrais, um inferior e outro superior, para total estabilização das patas. Pintura eletrostática a pó de cor preta. Capa plástica única injetada em polipropileno de cor preta que recobre toda a porção superior das paras da base. Fixação dos rodízios através de estampagem das paredes dos tubos das patas, sem utilização de bucha plástica ou solda para fixação dos pinos. Rodízios: de duplo giro do tipo “H” com banda de rodagem em nylon e dimensionais conforme o preconizado pelos requisitos aplicáveis da ABNT NBR 13962/06, com eixo vertical de, no mínimo, 10 mm, com anel elástico metálico para fixação do rodízio à base sem o uso de bucha plástica ou solda. 460 mm (medição conforme metodologia proposta pela ABNT NBR 13962/06). Ajuste de altura				

	do assento com curso mínimo vertical de 110 mm com medição realizada conforme proposto pela ABNT NBR 13962/06. Inclinação do assento fixa ou regulável, possibilitando posicionamento entre 0 e -7 graus em relação à horizontal. Revestimento do assento em tecido crepe 100% poliéster em cor a definir de acordo com a cartela do fabricante. Mecanismo: mecanismo operacional do tipo contato permanente que possibilite, no mínimo, ajuste de altura do assento, ajuste de altura do encosto e ajuste de inclinação do encosto, de maneira independente entre si. Plataforma do assento com, no mínimo, oferta de furação mais espaçada conforme padrão nacional (160 x 200 mm), plataformas com furação universal serão aceitas, porém não serão aceitas plataformas com furação menos espaçadas (apenas 125 x 125 m). Tal plataforma deve ser executada em chapa de aço carbono estampada com espessura mínima de 2,65 mm e fundida aos demais elementos através de solda do tipo MIG/MAG ou eletrofusão. Suporte do encosto do mecanismo articulado com mola de retorno automático que proporcione o contato permanente quando o mesmo estiver destravado e sistema de frenagem por freio fricção, e o usuário deve ser capaz de travar o encosto em qualquer posição ao longo do curso angular de inclinação de 15 graus (mínimo). Suporte do encosto deverá obrigatoriamente ser provido de carenagem plástica de proteção e acabamento injetado em polipropileno, porém não ser corrugada (sanfonada), para preservar				

	segurança do usuário contra elementos ocos, conforme já especificado supra quando do detalhamento do encosto e contra encosto. Elementos metálicos do mecanismo construídos em chapa de aço e/ou expostos devem apresentar tratamento de superfície por meio de pintura eletrostática à pó, com tratamento anti ferruginoso e posterior cura e polimerização em estufa. Braços com regulagem de altura, com estrutural vertical manufaturado em resina de engenharia do tipo nylon com fibra de vidro ou polipropileno com fibra de vidro, sendo a fibra adicionada de, no mínimo, 30% da resina. Carenagem do braço injetada em polipropileno, bem como a alma do apoia. Tal apoia braço deve ser injetado em termoplástico. Apoia braços com dimensões mínimas de 70 mm de largura e 240 mm de comprimento. Ajuste de altura dos braços acionado por botão, frontal ou lateral, com mola de auto retorno, permitindo o ajuste em, no mínimo, 7 pontos de parada. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** LAUDOS E CERTIFICAÇÕES: ABNT NBR 13962 CERTIFICADO DE PRODUTOS (CADEIRAS); NR 17 EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA MTSP Nº 3751 DE 1990 DISPOSTO NO ITEM 17.3.3 DA NORMA NR 17; ABNT NBR ISO 14020:2022 ROTULOS E DECLARAÇÕES ANBIENTAIS E PRINCIPIOS GERAIS; ABNT NBR ISSO 14024:2002 ROTULOS E DECLARAÇÕES				

	AMBIENTAIS ROTULAGEM AMBIENTAL TIPO 1; NBR 9925:2009– TECIDO PLANO – DETERMINAÇÃO DO ESGARÇAMENTO EM UMA COSTURA PADRÃO; NBR 10591/08 – MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA GRAMATURA DE SUPERFÍCIES TÊXTEIS; NBR 13934/2016 - TÊXTEIS - PROPRIEDADES DE TRAÇÃO DE TECIDOS - PARTE 1: DETERMINAÇÃO DA FORÇA MÁXIMA E ALONGAMENTO À FORÇA MÁXIMA UTILIZANDO O MÉTODO DE TIRA AATCC 22/17 – WATER REPELLENCY: SPRAY TEST; ISO 13938:2019 – TEXTILES – BURSTING PROPRIETIES OF FABRICS – PART 1: HYDRAULIC METHOD FOR DETERMINATION OF BURSTING STRENGTH AND BURSTING DISTENSION; NBR 10588/2008 – TECIDOS PLANOS - DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE DE FIOS; NBR 10589/2006 - MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA LARGURA DE NÃO-TECIDOS E TECIDOS PLANOS; ABNT NBR 12546:2017 – MATERIAIS TÊXTEIS – LIGAMENTOS FUNDAMENTAIS DE TECIDOS PLANOS – TERMINOLOGIA; ABNT NBR 12996:1993 - MATERIAIS TÊXTEIS – DETERMINAÇÃO DOS LIGAMENTOS FUNDAMENTAIS DE TECIDOS PLANOS; NBR 10590:2008 - MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO COMPRIMENTO E DA LARGURA DE TECIDOS EM ATMOSFERA – PADRÃO; NBR 10591/08 – MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO				

	DA GRAMATURA DE SUPERFÍCIES TÊXTEIS; NBR 13934/2016 - TÊXTEIS - PROPRIEDADES DE TRAÇÃO DE TECIDOS - PARTE 1: DETERMINAÇÃO DA FORÇA MÁXIMA E ALONGAMENTO À FORÇA MÁXIMA UTILIZANDO O MÉTODO DE TIRA AATCC 22/17 – WATER REPELLENCY: SPRAY TEST; ISO 13938:2019 – TEXTILES – BURSTING PROPRIETIES OF FABRICS – PART 1: HYDRAULIC METHOD FOR DETERMINATION OF BURSTING STRENGTH AND BURSTING DISTENSION; NBR 10589/2006 - MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA LARGURA DE NÃO-TECIDOS E TECIDOS PLANOS; NBR 10590:2008 - MATERIAIS TÊXTEIS - DETERMINAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO COMPRIMENTO E DA LARGURA DE TECIDOS EM ATMOSFERA – PADRÃO; ABNT NBR 13579-1:2011 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIURETANO E BASES – PARTE 1 REQUESITOS DE ENSAIO; ABNT NBR 8537:22 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO- DETERMINAÇÃO DE DENSIDADE; ABNT NBR 8619:22 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETERMINAÇÃO DE RESILIENCIA; ABNT NBR 8797:22 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETERMINAÇÃO DE DEFORMAÇÃO PERMANENTE A COMPRESÃO; ABNT NBR 9176:2016 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO				

	DETERMINAÇÃO DA FORÇA DE INDETENÇÃO; ABNT NBR 9178:2022 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETERMINAÇÃO DETERMINACAO DAS CARACTERISTICAS DE QUEIMA; ABNT NBR 14961:2019 ESPUMA FLEXIVEL DE POLIORETANO DETRMINAÇÃO DO TEOR DE CINZAS; NBR 9177/22 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO – DETERMINAÇÃO DA FADIGA DINÂMICA; NBR 8515/20 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO – DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO; NBR 8516/15 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO – DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA AO RASGAMENTO; NBR 8910:2016 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO - DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO; NBR 9429/16 – ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO – DETERMINAÇÃO DAS DIMENSÕES; NBR 16847/2020 - ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO - CONTAGEM DO NÚMERO DE CÉLULAS POR CENTÍMETRO LINEAR; CERTIFICADO DE PREPARACAO DE PINTURA EM SUPERFICIES METALICAS PORTARIA INMETRO Nº 200/2021-PGCP; ABNT NBR 14951:2018 SISTEMAS DE PINTURA EM SUPERFÍCIES METÁLICAS – DEFEITOS E CORREÇÕES;				

	ABNT NBR 14847: 2023 INSPEÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EM SUPERFÍCIES METÁLICAS – PROCEDIMENTO; ABNT NBR 15156:2015 PINTURA INDUSTRIAL – TERMINOLOGIA; ABNT NBR 15158:2024 LIMPEZA DE SUPERFÍCIE DE AÇO POR COMPOSTOS QUÍMICOS; ABNT NBR 17088:2023 CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA RESULTADO - TEMPO DE EXPOSIÇÃO (2.000 HRS); ABNT NBR ISO 4628:2022 TINTAS E VERNIZES — AVALIAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DE REVESTIMENTO — DESIGNAÇÃO; ABNT NBR 5841:2015 DETERMINAÇÃO DO GRAU DE EMPOLAMENTO DE SUPERFÍCIES PINTADAS; ABNT NBR 8095:2015 MATERIAL METÁLICO REVESTIDO E NÃO REVESTIDO - CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO À ATMOSFERA ÚMIDA SATURADA; ABNT NBR 8096:1983 MATERIAL METÁLICO REVESTIDO E NÃO REVESTIDO - CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO AO DIÓXIDO DE ENXOFRE - MÉTODO DE ENSAIO RESULTADO – 25 CLICOS (CADA CICLO CORRESPONDE A 24HRS); ASTM D2794-93 REVISAO 2019 RESISTÊNCIA DE REVESTIMENTOS ORGÂNICOS AOS EFEITOS DA DEFORMAÇÃO RÁPIDA (IMPACTO); ASTM D7091:2022 PRÁTICA PADRÃO PARA MEDIÇÃO NÃO DESTRUTIVA DA ESPESSURA DE PELÍCULA SECA DE REVESTIMENTOS NÃO MAGNÉTICOS APLICADOS A METAIS FERROSOS E DE				

	REVESTIMENTOS NÃO MAGNÉTICOS E NÃO CONDUTORES APLICADOS A METAIS NÃO FERROSOS; ABNT NBR 10443:2023 TINTAS E VERNIZES - DETERMINAÇÃO DA ESPESSURA DA PELÍCULA SECA SOBRE SUPERFÍCIES RUGOSAS - MÉTODO DE ENSAIO; ASTM D3363:2022 MÉTODO DE TESTE PADRÃO PARA DUREZA DE FILME POR TESTE DE LÁPIS; ABNT NBR 11003:2023 DETERMINAÇÃO DA VERIFICAÇÃO DA ADERÊNCIA DA CAMADA; ASTM D3359:2023 TINTAS E VERNIZES - DETERMINAÇÃO DA ESPESSURA DA PELÍCULA SECA SOBRE SUPERFÍCIES RUGOSAS - MÉTODO DE ENSAIO; ASTM D523:2018 MÉTODO DE TESTE PADRÃO PARA BRILHO ESPECULAR (DETERMINAÇÃO DO BRILHO DA SUPERFÍCIE); ABNT NBR 10545:2014 TINTAS – DETERMINAÇÃO DA FLEXIBILIDADE POR MANDRIL CÔNICO; ABNT NBR 9209:1986 PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES PARA PINTURA – PROCESSO DE FOSFORIZAÇÃO; ABNT NBR 7397:2016 PRODUTO DE AÇO E FERRO FUNDIDO GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE – DETERMINAÇÃO DA MASSA DO REVESTIMENTO POR UNIDADE DE ÁREA; ASTM D1308:2020 ENSAIO PARA DETERMINAÇÃO DO EFEITO DO PRODUTOS QUIMICOS DOMESTICOS; JIS Z 2801:2010 ANTIBACTERIAL PRODUCTS – TEST FOR ANTIBACTERIAL ACTIVITY AND EFFICACY – AVALIACAO DA ATIVIDADE				

	ANTIMICROBIANA EM TINTA. Obs.: Serão aceitos relatórios de ensaio executados dentro de um período de 12 (doze) meses anteriores à data da solicitação para apresentação da documentação técnica.				
3	Cadeira Fixa em polipropileno com pés de metal, Sem Braços, com assento e encosto confeccionados em polipropileno injetado sem furos, na cor preta, estrutura fixa confeccionada em aço com pintura eletrostática, proporcionando resistência e durabilidade. Assento e encosto anatômicos, Medidas aproximadas: altura total de no mínimo de 80 cm; altura do encosto de aproximadamente 33 cm; largura do encosto de aproximadamente 46 cm; largura do assento de aproximadamente 47 cm; profundidade do assento de aproximadamente 42 cm; profundidade total da cadeira de aproximadamente 59 cm; largura total aproximada da estrutura, sem braços, de 53 cm; estrutura em tubo oblongo reforçado na cor preto em aço carbono, suporta até 120kg. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Certificado de Processo de Pintura, emitido por OCP. Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à névoa salina neutra, com no mínimo 2600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 17088:2023 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015– Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, com no mínimo	288544	627545-1	Unid.	60

	1600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8095:2015 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, com no mínimo 600 horas (25 ciclos de 24 horas) e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8096:1983 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme NBR 11003:2023 – Com resultados X0/Y0 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme ASTM D3359:2023 – Com resultado 5ª – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de espessura de camada de tinta, conforme NBR 10443:2023 – Com resultados de no mínimo 120 µm – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de flexibilidade por mandril cônico, conforme NBR 10545:214 – Com resultado sem trinca ou fissuras – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio que comprove atividade antibacteriana da tinta, conforme JIS Z 2801:2010 (E) Laudo de ensaio de resistência ao lápis da tinta, conforme ASTM D3363:2022 – Com resultado mínimo de dureza 2H para rompimento – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO				

	Laudo de ensaio de massa de fosfato, conforme NBR 9209:1986 – Com resultado mínimo de 0,8 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa do revestimento (tinta), conforme NBR 7397:2016 – Com resultado mínimo de 130 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência ao impacto, conforme ASTM D2794:2019 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência química a produtos domésticos, conforme ASTM D1308:2020 – Com resultados satisfatórios para sabão (5%), café e vinagre – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio do brilho da tinta, conforme ASTM D523:2018 – Com resultado máximo de 4 UB na geometria de 60° – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, conforme a Norma ASTM D1308:2020 com tempo de exposição de 16 horas Água destilada fria, Água destilada quente, Sabão (5%), Álcool etílico 50%, Solução de sabão, Fruta (Banana), Ketchup, Café, Cacau, Chá ertificado de produto – Conforme norma ABNT NBR 13962:2018 – Cadeiras de Escritório – Emitido por Certificadora acreditada à CGCRE/INMETRO Certificado ECO Selo – Rotulagem Ambiental, NBR ISO 14024:2022 / 14020:2020 – Cadeiras de Escritório, emitido por OCP				

4	Longarina; Modelo Cadeira Concha Dupla; Com 04 Lugares; Sem Braços; Assento e Encosto Em Polipropileno Copolímero; Assento Medindo (470x430)mm=(lxp), Encosto Medindo (470x270)mm=(lxa); Na Cor Preta; Estrutura Em aço Carbono Tubular; Seção Oblonga; Com Espessura Mínima de 1,27mm (chapa N.18); Medindo No Mínimo 2025mm de Comprimento; Estrutura Com Acabamento Em Pintura Eletrostática com Tinta Pó; Na Cor Preta; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Certificado de Processo de Pintura, emitido por OCP. Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à névoa salina neutra, com no mínimo 2600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 17088:2023 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015– Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, com no mínimo 1600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8095:2015 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, com no mínimo 600 horas (25 ciclos de 24 horas) e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8096:1983 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por	364127	628533-3	Unid.	10

	laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme NBR 11003:2023 – Com resultados X0/Y0 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme ASTM D3359:2023 – Com resultado 5ª – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de espessura de camada de tinta, conforme NBR 10443:2023 – Com resultados de no mínimo 120 µm – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de flexibilidade por mandril cônico, conforme NBR 10545:214 – Com resultado sem trinca ou fissuras – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio que comprove atividade antibacteriana da tinta, conforme JIS Z 2801:2010 (E) Laudo de ensaio de resistência ao lápis da tinta, conforme ASTM D3363:2022 – Com resultado mínimo de dureza 2H para rompimento – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa de fosfato, conforme NBR 9209:1986 – Com resultado mínimo de 0,8 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa do revestimento (tinta), conforme NBR 7397:2016 – Com resultado mínimo de 130 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência ao impacto, conforme ASTM D2794:2019				

	– Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência química a produtos domésticos, conforme ASTM D1308:2020 – Com resultados satisfatórios para sabão (5%), café e vinagre – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio do brilho da tinta, conforme ASTM D523:2018 – Com resultado máximo de 4 UB na geometria de 60° – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, conforme a Norma ASTM D1308:2020 com tempo de exposição de 16 horas Água destilada fria, Água destilada quente, Sabão (5%), Álcool etílico 50%, Solução de sabão, Fruta (Banana), Ketchup, Café, Cacau, Chá Certificado de produto – Conforme norma ABNT NBR 13962:2018 – Cadeiras de Escritório – Emitido por Certificadora acreditada à CGCRE/INMETRO Certificado ECO Selo – Rotulagem Ambiental, NBR ISO 14024:2022 / 14020:2020 – Cadeiras de Escritório, emitido por OCP				
5	Poltrona para Auditório: cadeira fixa tipo diretor com braços fixo revestido – cadeira estofada para utilização em auditórios, salas de convenções, reuniões e ambientes administrativos, estrutura fixa com 04 (quatro) pés, braços fixos, assento e encosto acolchoados, com espessuras de 70mm de espuma injetada, com costuras em gomos, com revestimento em material tecido na cor preta. Dimensões mínimas: assento com 49 cm de largura x 49 cm	296891	639612-7	Unid.	80

	de profundidade; encosto com 46 cm de largura x 48 cm de altura; altura aproximada do piso ao assento de 48 cm. Peso aproximado de 15 kg. Produto fornecido totalmente montado e pronto para uso. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Laudo Ergonômico, emitido por profissional certificado pela ABERGO, conforme NR-17 Certidão do IBAMA Laudo de isenção de CFC Certificado de cadeia de custodia fsc Laudo de ensaio de densidade da espuma, NBR 8537:2022 com resultado de 55 kg/m³, variação de 5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Melhorado Laudo de ensaio de resiliência da espuma, NBR 8619:2022 com resultado mínimo de 40% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de indentação da espuma, NBR 9176:2016 com resultado de indentação à 40% de 265 N, variação de 5% e fator de conforto mínimo de 3 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de deformação permanente à compressão da espuma à 90%, NBR 8797:2022 com resultado máximo de 15% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de fadiga dinâmica da espuma, NBR 9177:2022 com resultado de perda de força de indentação máximo de 32% e de perda				

	de espessura máximo de 5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de teor de cinzas da espuma NBR 14961:2019 com resultado máximo de 0,5% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à tração da espuma, NBR 8515:2020 com resultado de tração mínimo de 225 kPa e de alongamento mínimo de 80% – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Melhorado Laudo de ensaio de resistência ao rasgamento da espuma, NBR 8516:2015 com resultado mínimo de 525 N – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à compressão da espuma, NBR 8910:2016 com resultado mínimo de 8,5 kPa – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de velocidade de queima, NBR 9178:2025 com resultado abaixo de queima zero (0 mm/min) demonstrando característica de não propagação de chamas – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Atualizado Laudo de ensaio de determinação do número de células da espuma, NBR 16847:2020 com resultado mínimo de 18 células por centímetro linear – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Esse é essencial, acredito que nenhuma empresa tenha Laudo de ensaio de gramatura do revestimento, NBR 10591:2009, com resultado mínimo de 310 g/m²				

	Laudo de ensaio de esgarçamento da costura no revestimento, NBR 9925:2009, com resultado máximo de 5 mm, em ambos os sentidos (trama e urdume) Laudo de ensaio de resistência à tração do revestimento, NBR ISO 13934:2016, com resultado mínimo de 110 daN, em ambos os sentidos (trama e urdume) Laudo de ensaio de resistência ao estouro do revestimento, ISO 13938:2019, com resultado mínimo de 3400 kPa Laudo de ensaio de alteração dimensional do revestimento, NBR 10590:2008, com resultado máximo de 1% em ambos os sentidos (comprimento e largura)				
6	Cadeira Universitária ISO com prancheta fixa e grade porta livros, assento e encosto em polipropileno reforçado sem furos, Assento: L46,5 x A40,5 cm; Encosto: L46 x A30,5 cm; Altura total: 82 cm; Prancheta fixa 60cm x 38cm e grade porta livros. Assento e Encosto na cor preta, Estrutura: Tubo Oblongo reforçado na cor preto, suporta até 120kg. **O Licitante vencedor do certame deverá apresentar, em nome da empresa, os documentos abaixo direcionados a este órgão.** Certificado de Processo de Pintura, emitido por OCP. Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à névoa salina neutra, com no mínimo 2600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 17088:2023 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015– Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida	428056	640525-8	Unid.	30

	saturada, com no mínimo 1600 horas de exposição e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8095:2015 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, com no mínimo 600 horas (25 ciclos de 24 horas) e resultados Ri0 e d0/t0 – NBR 8096:1983 / NBR ISO 4628-3:2008 / NBR 5841:2015 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme NBR 11003:2023 – Com resultados X0/Y0 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de aderência da tinta, conforme ASTM D3359:2023 – Com resultado 5ª – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de espessura de camada de tinta, conforme NBR 10443:2023 – Com resultados de no mínimo 120 µm – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de flexibilidade por mandril cônico, conforme NBR 10545:214 – Com resultado sem trinca ou fissuras – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio que comprove atividade antibacteriana da tinta, conforme JIS Z 2801:2010 (E) Laudo de ensaio de resistência ao lápis da tinta, conforme ASTM D3363:2022 – Com resultado mínimo de dureza 2H para rompimento – Emitido por laboratório				

	acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa de fosfato, conforme NBR 9209:1986 – Com resultado mínimo de 0,8 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de massa do revestimento (tinta), conforme NBR 7397:2016 – Com resultado mínimo de 130 g/m² – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência ao impacto, conforme ASTM D2794:2019 – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio de resistência química a produtos domésticos, conforme ASTM D1308:2020 – Com resultados satisfatórios para sabão (5%), café e vinagre – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Laudo de ensaio do brilho da tinta, conforme ASTM D523:2018 – Com resultado máximo de 4 UB na geometria de 60° – Emitido por laboratório acreditado à CGCRE/INMETRO Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, conforme a Norma ASTM D1308:2020 com tempo de exposição de 16 horas Água destilada fria, Água destilada quente, Sabão (5%), Álcool etílico 50%, Solução de sabão, Fruta (Banana), Ketchup, Café, Cacau, Chá Certificado de produto – Conforme norma ABNT NBR 13962:2018 – Cadeiras de Escritório – Emitido por Certificadora acreditada à CGCRE/INMETRO Certificado ECO Selo – Rotulagem Ambiental, NBR ISO 14024:2022 / 14020:2020 – Cadeiras de Escritório, emitido por OCP				

7	Cadeira Giratória; Tipo Concha Dupla Continua, de Forma Retangular, Com Curvatura Lombar, Encosto Em Quadro Injetado; de Resina de Engenharia, Assento Estruturado Em Compensado Multilaminado, Espessura Mínima de 15 Mm; Revestidos Em Tela Flexível de Poliéster (tela Mesh), Assento Em Couro Ecológico; Na Cor Preta; Apoio de Cabeça Com Ajuste de Inclinação e Altura, Apoio Lombar Com Regulagem de Altura; Estofamento Em Espuma Injetada de Poliuretano (assento);	445412	5767296	Unid.	69
8	Cadeira Universitária; Modelo Poltrona Com Porta-livros; Prancheta Confeccionada Em Madeira Mdf Escamoteavel; Medindo (360 x 240)mm; Revestida Em Laminado Melaminico; Na Cor Carvalho Prata; Estrutura Em Tubo de Aço; Na Cor Preta; Revestimento Em Tecido 100% Poliéster; Na Cor Preta, Tampas para Proteção Dos Rebites; Estofamento Em Espuma Injetada; Densidade de No Mínimo 50 Kg/m3; Assento Medindo (470 x 440)mm, Encosto Medindo (490 x 360)mm; Com Prazo de Garantia de No Mínimo 12 Meses; Conforme Normas Vigentes;	609169	6504094	Unid.	81

15.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

15.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

15.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

15.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de acordo com o prazo de garantia de cada produto, contados do a partir da entrega do material, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

15.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

15.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

16. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

16.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

17. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

17.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

18.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

18.2. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Amostras

18.3. Para fins de verificação da conformidade dos bens ofertados com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, será exigida do licitante provisoriamente vencedor a apresentação de amostra dos itens para os quais tenha apresentado a proposta melhor classificada, nos termos dos arts. 17, § 3º, e 41, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.4. A exigência de amostra justifica-se pela necessidade de aferição objetiva de características construtivas, dimensionais, funcionais, ergonômicas, de acabamento, resistência, estabilidade, materiais, mecanismos e demais requisitos técnicos dos mobiliários, sempre que tais características não puderem ser suficientemente comprovadas apenas por documentação técnica.

18.5. A apresentação e a avaliação das amostras observarão os procedimentos previstos no item 8 deste Termo de Referência e os critérios objetivos constantes do Anexo I - Ficha de Avaliação das Amostras.

19. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

19.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da nota de empenho, em remessa única.

19.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

19.3. **Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:**

19.3.1. Rua Alfredo Tosi, 1200, Núcleo Agrícola Alpha – Franca/SP, os materiais especificados nos itens 1 ao 6 da planilha 1.1.;

19.3.2. Av. Jorge Biller Teixeira, 519, Vila Ferroviária – Araraquara/SP, os materiais especificados nos itens 7 e 8 da planilha 1.1.

Garantia, manutenção e assistência técnica

19.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (dose) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

19.4.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

20. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

20.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

20.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

20.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

20.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

20.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

20.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

20.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

20.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

20.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

20.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

20.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

20.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

20.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

20.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

20.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

21.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

21.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

21.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

21.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

21.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

21.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

21.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

21.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

21.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

21.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

21.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

21.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

21.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

21.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

21.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

21.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

21.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

21.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

22.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Apresentação e avaliação das amostras

22.2. Encerrada a etapa de lances e definida a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, o licitante provisoriamente vencedor será convocado para apresentar 01 (uma) amostra de cada item para o qual tenha sido provisoriamente classificado em primeiro lugar, destinada à avaliação de conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.

22.2.1. A amostra deverá corresponder exatamente ao modelo, marca, fabricante e características técnicas do produto constante da proposta apresentada pelo licitante, não sendo admitida a apresentação de produto diverso daquele que será fornecido à Administração em caso de adjudicação.

22.2.2. A amostra deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação realizada pelo Pregoeiro, nos endereços indicados no item 5.3 deste Termo de Referência, conforme o item avaliado: itens 1 a 6 na Rua Alfredo Tosi, nº 1.200, Núcleo Agrícola Alpha, Franca/SP; e itens 7 e 8 na Av. Jorge Biller Teixeira, nº 519, Vila Ferroviária, Araraquara/SP, em dia e horário previamente ajustados com a Administração.

22.2.3. Todos os custos relacionados ao fornecimento, transporte, montagem, desmontagem, retirada e demais despesas relativas à apresentação da amostra correrão por conta do licitante, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por tais despesas.

22.2.4. A amostra será submetida à avaliação por comissão ou servidores designados pela Administração, com a finalidade de verificar sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e com os critérios objetivos constantes do Anexo I.

22.2.5. A avaliação compreenderá, conforme aplicável a cada item, verificação visual, dimensional, funcional e documental das características do mobiliário, incluindo materiais empregados, dimensões, acabamento, estrutura, capacidade de carga, mecanismos de regulagem e reclinação, rodízios, espuma, revestimentos, estabilidade, garantia e atendimento às normas técnicas expressamente exigidas.

22.2.6. As características que não puderem ser aferidas diretamente na amostra sem procedimento destrutivo poderão ser comprovadas por catálogo, ficha técnica, manual, certificado, declaração do fabricante ou outro documento técnico idôneo que permita a verificação objetiva do requisito.

22.2.7. A avaliação da amostra será restrita à comprovação objetiva das características estabelecidas neste Termo de Referência, sendo vedada a utilização de critérios meramente subjetivos, estéticos ou de preferência pessoal que não tenham sido previamente definidos.

22.2.8. O resultado da avaliação será formalizado mediante Ficha de Avaliação da Amostra, conforme Anexo I, ou relatório equivalente, no qual serão registrados os requisitos verificados, a conformidade ou não conformidade e, quando cabível, as observações técnicas que fundamentem o resultado.

22.2.9. Será considerada aprovada a amostra que atender integralmente às especificações e aos critérios previstos neste Termo de Referência para o respectivo item.

22.2.10. A não apresentação da amostra no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, bem como a apresentação de amostra em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, implicará a desclassificação da proposta relativamente ao respectivo item, observados o contraditório e os procedimentos estabelecidos no edital.

22.2.11. Reprovada ou não apresentada a amostra do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, será examinada a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, podendo o respectivo licitante ser convocado para apresentação de amostra nas mesmas condições, e assim sucessivamente, até que seja identificada proposta que atenda às exigências estabelecidas.

22.2.12. Será assegurada aos demais licitantes a possibilidade de acompanhamento do procedimento de avaliação das amostras, mediante prévia divulgação da data, horário e local da análise.

22.2.13. A aprovação da amostra não exime o futuro Contratado da obrigação de fornecer a totalidade dos bens em estrita conformidade com as especificações deste Termo de Referência e com a amostra aprovada.

22.2.14. A amostra aprovada poderá ser mantida pela Administração durante o período necessário para servir como parâmetro de comparação no recebimento dos bens, mediante registro próprio, devendo sua destinação final observar as condições definidas no edital.

Forma de fornecimento

22.3. O fornecimento do objeto será com entrega imediata integral.

Exigências de habilitação

22.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

22.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

22.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

22.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

22.8. **Sociedade empresária**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

22.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

22.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

22.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

22.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

22.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

22.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

22.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

22.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

22.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

22.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

22.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

22.24.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

22.24.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

22.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

22.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

22.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

22.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

22.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

22.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

22.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

22.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

22.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

23. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

23.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

24.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 180158;
II) Fonte de Recursos: 150010001;
III) Programa de Trabalho: 06122181949920000;
IV) Elemento de Despesa: 44905232;
V) Plano Interno: 014.017.0310.

24.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Franca, 09 de outubro de 2026.

CLAYTON MENDES FERREIRA

Auxiliar Seção de Patrimônio e Logística do 15º BPM/I

ANEXO I - FICHA DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

Processo Administrativo nº 057.00040575/2026-39. A ficha deverá ser utilizada para registrar, de forma objetiva, a avaliação da amostra apresentada pelo licitante provisoriamente vencedor. Cada requisito deverá ser assinalado como conforme (C) ou Não Conforme (NC), com registro de observação técnica sempre que houver não conformidade.

Licitante:		**CNPJ:**	
Marca:		**Modelo:**	

ITEM 1 - Cadeira Presidente

Cód. Compras: 331416 | CATMAT: 614189-7 | Unidade: Unid. | Quantidade total: 09

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
1	Tipo: cadeira Presidente.	Inspeção visual.		
2	Assento e encosto confeccionados com espuma anatômica injetada.	Inspeção visual e/ou ficha técnica do fabricante.		
3	Espessura aproximada de 60 mm no assento e 60 mm no encosto.	Medição e/ou ficha técnica.		
4	Configuração que proporcione apoio para a região lombar e costas.	Inspeção visual e funcional.		
5	Capacidade para usuário de até 130 kg.	Ficha técnica, catálogo ou declaração do fabricante.		
6	Encosto e assento em couro, na cor preta.	Inspeção visual e ficha técnica.		
7	Encosto útil com aproximadamente 49 cm de largura x 66 cm de altura.	Medição.		
8	Apoio de cabeça com aproximadamente 49 cm de largura x 24 cm de altura.	Medição.		
9	Assento com aproximadamente 49 cm de largura x 46,5 cm de profundidade útil.	Medição.		
10	Largura total, considerando os braços, de aproximadamente 62 cm.	Medição.		
11	Profundidade total aproximada de 76 cm.	Medição.		
12	Altura total regulável, aproximadamente entre 1,09 m e 1,19 m.	Medição e teste funcional da regulagem.		

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
13	Altura do assento regulável, aproximadamente entre 47 cm e 57 cm.	Medição e teste funcional da regulagem.		
14	Braços fixos, acolchoados/revestidos.	Inspeção visual e tátil.		
15	Base giratória.	Teste funcional.		
16	Regulagem de altura por pistão a gás.	Inspeção e teste funcional.		
17	Estrutura e pistão com acabamento preto ou cromado.	Inspeção visual.		
18	Rodízios revestidos em PU (poliuretano), emborrachados e anti-risco, adequados para utilização sobre pisos sem provocar riscos ou marcas decorrentes do deslocamento da cadeira.	Inspeção visual, ficha técnica e teste de deslocamento, quando cabível.		

Resultado da avaliação: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Observações técnicas: _____

_____

Data: ____/____/_____ Avaliador (es): _____

ITEM 2 - Cadeira Escritório tipo Presidente

Cód. Compras: 602025 | CATMAT: 645823-8 | Unidade: Unid. | Quantidade total: 72

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
1	Encosto com estrutura reforçada em tela Mesh respirável.	Inspeção visual e ficha técnica.		
2	Apoio lombar estofado, com regulagem de altura.	Inspeção e teste funcional.		
3	Apoio de cabeça em tela Mesh, com regulagem de altura e inclinação.	Inspeção e teste funcional.		
4	Assento anatômico confeccionado em espuma injetada de alta resiliência.	Inspeção e/ou ficha técnica do fabricante.		
5	Assento revestido em tecido poliéster de alta resistência.	Inspeção visual e ficha técnica.		
6	Apoios de braços com regulagem de altura.	Teste funcional.		
7	Superfície superior dos braços anatômica e revestida em poliuretano - PU macio.	Inspeção visual e tátil.		
8	Mecanismo de reclinação tipo Relax.	Inspeção e teste funcional.		
9	Trava na posição vertical de trabalho.	Teste funcional.		
10	Regulagem da tensão de balanço.	Teste funcional.		
11	Regulagem de altura do assento por pistão pneumático a gás, Classe 3 ou superior.	Teste funcional e ficha técnica/certificação do componente.		
12	Base formada por 05 patas, giratória, tipo estrela.	Inspeção visual e teste funcional.		
13	Base fabricada em alumínio polido.	Inspeção visual e ficha técnica.		
14	Rodízios duplos com aproximadamente 55 mm, revestidos em PU.	Medição, inspeção visual e ficha técnica.		
15	Rodízios apropriados para deslocamento silencioso e redução de riscos ao piso.	Teste funcional e/ou ficha técnica.		
16	Capacidade de carga mínima de 120 kg.	Ficha técnica, catálogo ou declaração do fabricante.		
17	Acabamentos na cor preta.	Inspeção visual.		

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
18	Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	Documento de garantia, proposta ou declaração do fabricante/fornecedor.		

Resultado da avaliação: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Observações técnicas: _____

_____

Data: ____/____/_____ Avaliador(es): _____

ITEM 3 - Cadeira Fixa em Polipropileno

Cód. Compras: 288544 | CATMAT: 627545-1 | Unidade: Unid. | Quantidade total: 60

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
1	Cadeira fixa em polipropileno com pés de metal, sem braços.	Inspeção visual.		
2	Assento e encosto confeccionados em polipropileno injetado, sem furos, na cor preta.	Inspeção visual e ficha técnica.		
3	Estrutura fixa confeccionada em aço com pintura eletrostática.	Inspeção visual e ficha técnica.		
4	Assento e encosto anatômicos.	Inspeção visual.		
5	Altura total de no mínimo 80 cm.	Medição.		
6	Altura do encosto de aproximadamente 33 cm.	Medição.		
7	Largura do encosto de aproximadamente 46 cm.	Medição.		
8	Largura do assento de aproximadamente 47 cm.	Medição.		
9	Profundidade do assento de aproximadamente 42 cm.	Medição.		
10	Profundidade total da cadeira de aproximadamente 59 cm.	Medição.		
11	Largura total aproximada da estrutura, sem braços, de 53 cm.	Medição.		
12	Estrutura em tubo oblongo reforçado, na cor preta, em aço carbono.	Inspeção visual e ficha técnica.		
13	Capacidade para suportar até 120 kg.	Ficha técnica, catálogo ou declaração do fabricante.		

Resultado da avaliação: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Observações técnicas: _____

_____

Data: ____/____/_____ Avaliador (es): _____

ITEM 4 - Longarina - 04 Lugares

Cód. Compras: 364127 | CATMAT: 628533-3 | Unidade: Unid. | Quantidade total: 10

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
1	Longarina modelo cadeira concha dupla, com 04 lugares, sem braços.	Inspeção visual.		
2	Assento e encosto em polipropileno copolímero.	Inspeção visual e ficha técnica.		
3	Assento medindo 470 x 430 mm (L x P).	Medição.		
4	Encosto medindo 470 x 270 mm (L x A).	Medição.		
5	Assento e encosto na cor preta.	Inspeção visual.		
6	Estrutura em aço carbono tubular, seção oblonga.	Inspeção visual e ficha técnica.		
7	Espessura mínima da estrutura de 1,27 mm (chapa nº 18).	Medição técnica e/ou ficha técnica do fabricante.		
8	Comprimento mínimo de 2025 mm.	Medição.		
9	Estrutura com acabamento em pintura eletrostática com tinta em pó.	Inspeção visual e ficha técnica.		
10	Estrutura na cor preta.	Inspeção visual.		
11	Garantia de no mínimo 12 meses.	Documento de garantia, proposta ou declaração do fabricante/fornecedor.		
12	Fabricada de acordo com as normas NBR/ABNT vigentes.	Certificado, laudo, declaração ou documentação técnica pertinente.		

Resultado da avaliação: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Observações técnicas: _____

_____

Data: ____/____/_____ Avaliador(es): _____

ITEM 5 - Poltrona para Auditório

Cód. Compras: 296891 | CATMAT: 639612-7 | Unidade: Unid. | Quantidade total: 80

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
1	Cadeira fixa tipo diretor com braços fixos revestidos, destinada a auditórios, salas de convenções, reuniões e ambientes administrativos.	Inspeção visual.		
2	Estrutura fixa com 04 (quatro) pés.	Inspeção visual.		
3	Braços fixos.	Inspeção visual.		
4	Assento e encosto acolchoados.	Inspeção visual e tátil.		
5	Espessura de 70 mm de espuma injetada no assento e encosto.	Medição e/ou ficha técnica.		
6	Costuras em gomos.	Inspeção visual.		
7	Revestimento em material tecido na cor preta.	Inspeção visual e ficha técnica.		
8	Assento com dimensão mínima de 49 cm de largura x 49 cm de profundidade.	Medição.		
9	Encosto com dimensão mínima de 46 cm de largura x 48 cm de altura.	Medição.		
10	Altura aproximada do piso ao assento de 48 cm.	Medição.		
11	Peso aproximado de 15 kg.	Pesagem e/ou ficha técnica.		
12	Produto fornecido totalmente montado e pronto para uso.	Inspeção visual e funcional.		
13	Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	Documento de garantia, proposta ou declaração do fabricante/fornecedor.		

Resultado da avaliação: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Observações técnicas: _____

_____

Data: ____/____/_____ Avaliador(es): _____

ITEM 6 - Cadeira Universitária ISO

Cód. Compras: 428056 | CATMAT: 640525-8 | Unidade: Unid. | Quantidade total: 30

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
1	Cadeira Universitária ISO com prancheta fixa e grade porta-livros.	Inspeção visual.		
2	Assento e encosto em polipropileno reforçado, sem furos.	Inspeção visual e ficha técnica.		
3	Assento medindo L 46,5 x A 40,5 cm.	Medição.		
4	Encosto medindo L 46 x A 30,5 cm.	Medição.		
5	Altura total de 82 cm.	Medição.		
6	Prancheta fixa medindo 60 cm x 38 cm.	Medição.		
7	Grade porta-livros.	Inspeção visual.		
8	Assento e encosto na cor preta.	Inspeção visual.		
9	Estrutura em tubo oblongo reforçado, na cor preta.	Inspeção visual e ficha técnica.		
10	Capacidade para suportar até 120 kg.	Ficha técnica, catálogo ou declaração do fabricante.		

Resultado da avaliação: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Observações técnicas: _____

_____

Data: ____/____/_____ Avaliador(es): _____

ITEM 7 - Cadeira Giratória - Concha Dupla Contínua

Cód. Compras: 445412 | CATMAT: 5767296 | Unidade: Unid. | Quantidade total: 69

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
1	Cadeira giratória, tipo concha dupla contínua, de forma retangular, com curvatura lombar.	Inspeção visual e funcional.		
2	Encosto em quadro injetado de resina de engenharia.	Inspeção visual e ficha técnica.		
3	Assento estruturado em compensado multilaminado.	Inspeção e/ou ficha técnica.		
4	Compensado multilaminado com espessura mínima de 15 mm.	Medição e/ou ficha técnica.		
5	Revestimento em tela flexível de poliéster (tela Mesh).	Inspeção visual e ficha técnica.		
6	Assento em couro ecológico.	Inspeção visual e ficha técnica.		
7	Cor preta.	Inspeção visual.		
8	Apoio de cabeça com ajuste de inclinação e altura.	Teste funcional.		
9	Apoio lombar com regulagem de altura.	Teste funcional.		
10	Estofamento do assento em espuma injetada de poliuretano.	Inspeção e/ou ficha técnica.		

Resultado da avaliação: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Observações técnicas: _____

_____

Data: ____/____/_____ Avaliador(es): _____

ITEM 8 - Cadeira Universitária - Modelo Poltrona

Cód. Compras: 609169 | CATMAT: 6504094 | Unidade: Unid. | Quantidade total: 81

Nº	REQUISITO OBJETIVO DA AMOSTRA	FORMA DE VERIFICAÇÃO	C	NC
1	Cadeira universitária, modelo poltrona, com porta-livros.	Inspeção visual.		
2	Prancheta confeccionada em madeira MDF, escamoteável.	Inspeção visual e teste funcional.		
3	Prancheta medindo 360 x 240 mm.	Medição.		
4	Prancheta revestida em laminado melamínico, na cor Carvalho Prata.	Inspeção visual e ficha técnica.		
5	Estrutura em tubo de aço, na cor preta.	Inspeção visual e ficha técnica.		
6	Revestimento em tecido 100% poliéster, na cor preta.	Inspeção visual e ficha técnica.		
7	Tampas para proteção dos rebites.	Inspeção visual.		
8	Estofamento em espuma injetada.	Inspeção e/ou ficha técnica.		
9	Densidade da espuma de no mínimo 50 kg/m³.	Ficha técnica, laudo ou declaração do fabricante.		
10	Assento medindo 470 x 440 mm.	Medição.		
11	Encosto medindo 490 x 360 mm.	Medição.		
12	Prazo de garantia de no mínimo 12 meses.	Documento de garantia, proposta ou declaração do fabricante/fornecedor.		
13	Atendimento às normas vigentes.	Certificado, laudo, declaração ou documentação técnica pertinente, quando aplicável.		

Resultado da avaliação: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Observações técnicas: _____

_____

Data: ____/____/_____ Avaliador (es): _____

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE0000

UG	180158 - COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FILHO)
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		**UF**		**CEP**	

Origem Material	

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		**Acordo**			
Tipo de Empenho		**Ref Dispensa**			
Licitação		**Modalidade**			
Empenho Orig.		**Nº Contrato**		**Nº OC**	

Valor do Empenho R$	

Cronograma

Mês	Valor

Item:		**Unidade de Medida**		**Quantidade**		**Preço Unitário**		**Preço Total**	

Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

_____

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	

ANEXO III

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2° desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato**:** de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único – Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização**,** deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;

2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;

3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;

4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 – À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES

Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV

MODELO (S) REFERENTE (S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO *IV.1*

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº - PR-158/0063/26
Processo Administrativo n° 057.00449331/2026-18 – 20260462141

Razão social: .....
CNPJ: .....
Endereço: .....
E-mail: .....
Telefone: .....
Banco Brasil: Ag ..... Conta.....

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CÓDIGO GOV.BR	CATMAT	UF	QTDE	MARCA / FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cadeira Presidente em couro legítimo, deverá possuir assento e encosto confeccionados com espuma anatômica injetada, com espessura aproximada de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, proporcionando apoio para região lombar e costas, suporta usuário de até 130 kg. Características mínimas: encosto e assento em **couro na cor preta,** parte de trás do assento e encosto com madeira a vista ou revestida de couro; encosto útil com aproximadamente 49 cm de largura x 66 cm de altura; apoio de cabeça	331416	6141897	Unid.	09			

	com aproximadamente 49 cm de largura x 24 cm de altura; assento com aproximadamente 49 cm de largura x 46,5 cm de profundidade útil; largura total, considerando os braços, de aproximadamente 62 cm; profundidade total aproximada de 76 cm; altura total regulável, aproximadamente entre 1,09 m e 1,19 m; altura do assento regulável, aproximadamente entre 47 cm e 57 cm; braços fixos, acolchoados/revestidos; base giratória; regulagem de altura por pistão a gás; estrutura e pistão com acabamento preto ou cromado; rodízios revestidos em PU (poliuretano), emborrachados e anti-risco, adequados para utilização sobre pisos sem provocar riscos ou marcas decorrentes do deslocamento da cadeira.							
2	CADEIRA ESTOFADA COM BRAÇO E RODÍZIO - cadeira de escritório giratória operacional com braços. No mínimo do tipo B, com braços reguláveis, conforme ABNT NBR 13962/06, com no mínimo espaldar médio. Oferta mínima de ajustes e funcionalidades: ajustes e movimentos independentes para altura do assento, rodízios de duplo giro, giro de 360 graus do assento/encosto, altura dos braços,	602025	6458238	Unid.	72			

	altura do encosto, inclinação do encosto. Encosto: em tela flexível à base de poliéster, estruturado em quadro injetado em resina termoplástico de alto desempenho, polipropileno com adição de fibra de vidro, material de excelente tenacidade e ótima resistência mecânica, além de ser 100% reciclável. Encosto em tela flexível, que não proporciona pontos de tensão no usuário, com células abertas e permeáveis ao ar que facilita a perspiração, encosto com dupla curvatura (transversal e sagital) para acomodação da região lombar, sendo interligado ao mecanismo através de uma lâmina (chapa de aço, por motivos de melhor estabilidade do conjunto, não serão aceitos tubos de aço) com dobras e/ou nervuras de reforço estrutural, com espessura mínima de 6,5 mm e largura mínima de 50 mm, com acabamento em pintura eletrostática à pó e com acabamento através de coluna injetada no mesmo material termoplástico em alta pressão, com textura suave, não corrugado (sanfonado), sendo que não ficam aparentes e nem acessíveis ao usuário os parafusos de fixação. Largura predominante mínima da capa da coluna do encosto de 80 mm. Encosto provido de regulagem de altura através de cremalheira interna (automático, sem o uso de botões ou manípulos de							

	rosqueamento), com, no mínimo, 10 pontos de parada e curso vertical de 60 mm, no mínimo. Espaldar operacional, de encosto médio, cuja extensão vertical mínima é de 470 mm e largura mínima do encosto na região do apoio lombar é de, no mínimo, 430 mm. Assento: estruturado em chassi de compensado multilaminado anatômico de espessura mínima de 12 mm, estofamento em espuma flexível de poliuretano injetada moldada com mesmas características físicas e de desempenho especificadas para o encosto, dotado de carenagem de contra capa para o assento injetada em polipropileno que proteja todo o contra assento e bordos. Fixação dos elementos ao chassi de assento através de parafusos e porcas garras com rosca métrica. Não será tolerado o uso de perfil de bordos de PVC para acabamento e ou fixação da contra capa de assento. Revestimento do assento em tecido tipo crepe, em poliéster, em cor a definir de acordo com a cartela do fabricante. Largura e profundidade de superfície mínimas de 360º do assento a gás, com classificação de qualidade e segurança mínimas conforme Classe 3 da Norma DIN 4550, com curso vertical de ajuste de, no mínimo, 110 mm.							

	Base de cinco patas em aço carbono tubular, com as patas em tubo de aço de seção retangular ou semi oblonga, cujas dimensões do perfil tubular sejam, no mínimo, de 20 x 35 x 1,50 mm soldadas por meio de solda MIG ou eletrofusão a dois anéis centrais, um inferior e outro superior, para total estabilização das patas. Pintura eletrostática a pó de cor preta. Capa plástica única injetada em polipropileno de cor preta que recobre toda a porção superior das paras da base. Fixação dos rodízios através de estampagem das paredes dos tubos das patas, sem utilização de bucha plástica ou solda para fixação dos pinos. Rodízios: de duplo giro do tipo “H” com banda de rodagem em nylon e dimensionais conforme o preconizado pelos requisitos aplicáveis da ABNT NBR 13962/06, com eixo vertical de, no mínimo, 10 mm, com anel elástico metálico para fixação do rodízio à base sem o uso de bucha plástica ou solda. 460 mm (medição conforme metodologia proposta pela ABNT NBR 13962/06). Ajuste de altura do assento com curso mínimo vertical de 110 mm com medição realizada conforme proposto pela ABNT NBR 13962/06. Inclinação do assento fixa ou regulável, possibilitando posicionamento entre 0 e -7 graus em relação à horizontal.							

	Revestimento do assento em tecido crepe 100% poliéster em cor a definir de acordo com a cartela do fabricante. Mecanismo: mecanismo operacional do tipo contato permanente que possibilite, no mínimo, ajuste de altura do assento, ajuste de altura do encosto e ajuste de inclinação do encosto, de maneira independente entre si. Plataforma do assento com, no mínimo, oferta de furação mais espaçada conforme padrão nacional (160 x 200 mm), plataformas com furação universal serão aceitas, porém não serão aceitas plataformas com furação menos espaçadas (apenas 125 x 125 m). Tal plataforma deve ser executada em chapa de aço carbono estampada com espessura mínima de 2,65 mm e fundida aos demais elementos através de solda do tipo MIG/MAG ou eletrofusão. Suporte do encosto do mecanismo articulado com mola de retorno automático que proporcione o contato permanente quando o mesmo estiver destravado e sistema de frenagem por freio fricção, e o usuário deve ser capaz de travar o encosto em qualquer posição ao longo do curso angular de inclinação de 15 graus (mínimo). Suporte do encosto deverá obrigatoriamente ser provido de carenagem plástica de proteção e acabamento injetado em polipropileno, porém não ser							

	corrugada (sanfonada), para preservar segurança do usuário contra elementos ocos, conforme já especificado supra quando do detalhamento do encosto e contra encosto. Elementos metálicos do mecanismo construídos em chapa de aço e/ou expostos devem apresentar tratamento de superfície por meio de pintura eletrostática à pó, com tratamento anti ferruginoso e posterior cura e polimerização em estufa. Braços com regulagem de altura, com estrutural vertical manufaturado em resina de engenharia do tipo nylon com fibra de vidro ou polipropileno com fibra de vidro, sendo a fibra adicionada de, no mínimo, 30% da resina. Carenagem do braço injetada em polipropileno, bem como a alma do apoia. Tal apoia braço deve ser injetado em termoplástico. Apoia braços com dimensões mínimas de 70 mm de largura e 240 mm de comprimento. Ajuste de altura dos braços acionado por botão, frontal ou lateral, com mola de auto retorno, permitindo o ajuste em, no mínimo, 7 pontos de parada.							
3	Cadeira Fixa em polipropileno com pés de metal, Sem Braços, com assento e encosto confeccionados em polipropileno injetado sem furos, na cor preta, estrutura fixa confeccionada em aço com pintura	288544	6275451	Unid.	60			

	eletrostática, proporcionando resistência e durabilidade. Assento e encosto anatômicos, Medidas aproximadas: altura total de no mínimo de 80 cm; altura do encosto de aproximadamente 33 cm; largura do encosto de aproximadamente 46 cm; largura do assento de aproximadamente 47 cm; profundidade do assento de aproximadamente 42 cm; profundidade total da cadeira de aproximadamente 59 cm; largura total aproximada da estrutura, sem braços, de 53 cm; estrutura em tubo oblongo reforçado na cor preto em aço carbono, suporta até 120kg.							
4	Longarina; Modelo Cadeira Concha Dupla; Com 04 Lugares; Sem Braços; Assento e Encosto Em Polipropileno Copolímero; Assento Medindo (470x430)mm=(lxp), Encosto Medindo (470x270)mm=(lxa); Na Cor Preta; Estrutura Em aço Carbono Tubular; Seção Oblonga; Com Espessura Mínima de 1,27mm (chapa N.18); Medindo No Mínimo 2025mm de Comprimento; Estrutura Com Acabamento Em Pintura Eletrostática com Tinta Pó; Na Cor Preta; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes.	364127	6285333	Unid.	10			
5	Poltrona para Auditório: cadeira fixa tipo diretor com braços fixo revestido	296891	6396127	Unid.	80			

	– cadeira estofada para utilização em auditórios, salas de convenções, reuniões e ambientes administrativos, estrutura fixa com 04 (quatro) pés, braços fixos, assento e encosto acolchoados, com espessuras de 70mm de espuma injetada, com costuras em gomos, com revestimento em material tecido na cor preta. Dimensões mínimas: assento com 49 cm de largura x 49 cm de profundidade; encosto com 46 cm de largura x 48 cm de altura; altura aproximada do piso ao assento de 48 cm. Peso aproximado de 15 kg. Produto fornecido totalmente montado e pronto para uso. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.							
6	Cadeira Universitária ISO com prancheta fixa e grade porta livros, assento e encosto em polipropileno reforçado sem furos, Assento: L46,5 x A40,5 cm; Encosto: L46 x A30,5 cm; Altura total: 82 cm; Prancheta fixa 60cm x 38cm e grade porta livros. Assento e Encosto na cor preta, Estrutura: Tubo Oblongo reforçado na cor preto, suporta até 120kg.	428056	6405258	Unid.	30			
7	Cadeira Giratória; Tipo Concha Dupla Continua, de Forma Retangular, Com Curvatura Lombar, Encosto Em Quadro Injetado; de Resina de Engenharia, Assento Estruturado Em Compensado	445412	5767296	Unid.	69			

	Multilaminado, Espessura Mínima de 15 Mm; Revestidos Em Tela Flexível de Poliéster (tela Mesh), Assento Em Couro Ecológico; Na Cor Preta; Apoio de Cabeça Com Ajuste de Inclinação e Altura, Apoio Lombar Com Regulagem de Altura; Estofamento Em Espuma Injetada de Poliuretano (assento);							
8	Cadeira Universitária; Modelo Poltrona Com Porta-livros; Prancheta Confeccionada Em Madeira Mdf Escamoteavel; Medindo (360 x 240)mm; Revestida Em Laminado Melaminico; Na Cor Carvalho Prata; Estrutura Em Tubo de Aço; Na Cor Preta; Revestimento Em Tecido 100% Poliéster; Na Cor Preta, Tampas para Proteção Dos Rebites; Estofamento Em Espuma Injetada; Densidade de No Mínimo 50 Kg/m3; Assento Medindo (470 x 440)mm, Encosto Medindo (490 x 360)mm; Com Prazo de Garantia de No Mínimo 12 Meses; Conforme Normas Vigentes;	609169	6504094	Unid.	81			
					VALOR TOTAL			

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

LOCAL E DATA
NOME E CPF ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

ANEXO V

MODELO (S) DE DECLARAÇÃO (ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(Em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº PR-158/0063/26, Processo n° 057.00449331/2026-18 - 20260462141*, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:*

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual n° 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual n° 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual n° 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição

(Local e data).

_____
(Nome/assinatura do representante legal)